

O papel da escola na desconstrução do preconceito e da intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana

The role of the school in the deconstruction of prejudice and religious intolerance in relation to african-based religions

Laura Maria Morais de SOUZA¹
Ryta de Kassya Motta de Avelar SOUSA²

Resumo: Este artigo tem como objetivo a desconstrução do preconceito e da intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana. É fruto de estudos e pesquisas realizados no âmbito escolar de quatro crianças que vivem em terreiro. Foi elaborado tendo por base a revisão bibliográfica de autores como Freire, Caputo, Silva e muitos outros. Os estudos indicam que a intolerância religiosa no contexto escolar é fruto de preconceito na sociedade brasileira, vivenciado até os dias atuais, apesar da presença de instrumentos legais como a Constituição, o Código Penal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, mesmo sabendo que a educação independe de religião, e que a escola é retratada como um ambiente de socialização. Ressalta-se que o objetivo desse artigo não é priorizar nenhuma religião, mas sim expressar a liberdade, o respeito e o direito de dignidade do outro.

Palavras-chave: Preconceito. Intolerância religiosa. Educação. Crianças.

Abstract: This article aims to deconstruct prejudice and religious intolerance, in relation to african-based religions. It is the result of studies and research carried out in the school environment of four children who live in terreiros. It was prepared based on the bibliographic review of authors such as Freire, Caputo, Silva and many others. Studies indicate that religious intolerance in the school context is the result of prejudice in the Brazilian society we live in today, despite the presence of legal instruments such as the Constitution, the Penal Code and the Law of Guidelines and Bases for National Education - LDB, even knowing that education is independent of religion and that school is portrayed as an environment for socialization. Emphasizing that the purpose of this article is not to prioritize any religion, but to express the freedom, respect and right to dignity of the other.

Keywords: Prejudice. Religious intolerance. Education. Kids.

DOI: <http://dx.doi.org.10.24024/23579897v30n2a2021p25039>

Introdução

O interesse em pesquisar o tema “O papel da escola na desconstrução do preconceito e da Intolerância Religiosa com as religiões de matriz africanas” tem relação com a nossa vivência com crianças do candomblé que sofrem o preconceito de não poder escutar e falar sobre sua religião na escola. Por esse motivo, escolhemos o citado tema, uma vez que fazemos parte do candomblé e vemos, escutamos e, muitas vezes, presenciamos o preconceito. Somos adultos e sofremos. Imaginemos os pequenos que se sentem tão bem no Ilê “terreiro”, ou popularmente conhecido por “casa de santo”, e não podem falar sobre sua religião, na escola, com seus coleguinhas. Por outro lado, quando as mães das demais crianças tomam conhecimento da existência dessa situação, proíbem seus filhos de fazer amizade com os “filhos do demônio”.

¹ Graduanda do curso de pedagogia da Faculdade Frassinetti do Recife | FAFIRE | E-mail: lauramariamorais@grad.fafire.br

² Mestre em Educação pela UFPE | Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Frassinetti do Recife | FAFIRE | E-mail: rytas@prof.fafire.br

Nesse caso, cabe à escola cumprir seu papel no enfrentamento ao preconceito e à intolerância religiosa, fundamentada na Lei n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, devendo ser de natureza não confessional, ou seja, a escola tem o dever de trabalhar um conteúdo programático que inclua as doutrinas, as práticas, a história e os aspectos sociais das diversas religiões, sem qualquer caráter catequizador por parte dos professores. Entretanto, a prática vem demonstrando que essa determinação legal vem sendo negligenciada, tal como constatamos em nosso estudo.

Não existe espaço para se falar da religião de matriz africana, nas escolas. Esse pensamento colabora com ações de formações desenvolvidas com foco nessa temática.

Uma das consequências mais perversas do preconceito é que ele se neutraliza, ou seja, passa a ser visto como normal tanto para quem promove como para suas vítimas. Só que as consequências de dor, frustração e baixa autoestima ficam com os vitimizados (CAPUTO, 2012, p. 244).

A relevância desse artigo consiste na desconstrução da ideia do preconceito dentro das escolas, muitas vezes causada pelos profissionais da área de educação, ao não ensinarem a história propriamente dita e também não conversarem com seus alunos sobre o preconceito vinculado às diferentes religiões que existem. O educador, mesmo com muitas dificuldades, precisa buscar recursos e estratégias para um bom trabalho de desenvolvimento e metas, ofertando aparato a essas crianças, para que não sofram perante uma sociedade tão intolerante, por falta de conhecimento da história que deveria ser contada em sala de aula. Visto que a função social da escola é educar.

O profissional de educação, antes de qualquer prática, deve, inicialmente, fazer uma sondagem, buscando identificar as particularidades culturais e étnicas de cada um. Poderá, dessa forma, averiguar as contribuições da educação escolar no processo de enfrentamento ao preconceito e à intolerância religiosa, na escola, desde a infância, sabendo que religião é um dos principais motivos de *bullying* na sala de aula, e que o ensino religioso nas escolas tem que estar de acordo com o que determina a Constituição Federal. Assim sendo, será garantido o caráter de neutralidade em relação às manifestações religiosas da população e respeitada a liberdade de religião, um dos princípios constitucionais.

Assim, o presente artigo discute as contribuições da educação escolar no processo de enfrentamento ao preconceito e à intolerância religiosa na escola, desde a infância. Reflete

sobre a laicidade do ensino, com base na legislação vigente, ou seja, laicidade é uma das bases de uma educação orientada pela paz e pela convivência com o diferente. A Constituição Federal de 1988 consagra como direito fundamental a liberdade de religião, prescrevendo que o Brasil é um país laico. Com essa afirmação, queremos dizer que, consoante a vigente Constituição Federal, o Estado deve se preocupar em proporcionar a seus cidadãos um clima de perfeita compreensão religiosa, proscrevendo a intolerância e o fanatismo. Deve existir uma divisão muito acentuada entre o Estado e a Igreja (religiões em geral), não podendo existir nenhuma religião oficial, devendo, porém, o Estado prestar proteção e garantia ao livre exercício de todas as religiões, assim como também acontece nas Leis n.º 10639/03 e n.º 11645/08, na busca de ações pedagógicas de enfrentamento à intolerância religiosa.

1. A laicidade do ensino e suas leis

Para o desenvolvimento deste trabalho, tomamos por base as referências de pesquisadores e especialistas que se ativeram ao estudo sobre o preconceito e intolerância religiosa nas escolas, nas quais encontramos importantes contribuições, além dos relatos próprios de crianças conhecidas. Os achados expressam, de maneira clara, a desconstrução do preconceito e intolerância, no fato de que formaremos “crianças” para o mundo, e não para um espaço geográfico só delas. Os estudos sobre a temática apontam para a formação de ser um cidadão, e que é na escola que aprendemos o sentido de convivência religiosa, por meio da educação.

Com isso, a temática que precisa ser desenvolvida nas escolas e respeitadas pelos pais é que vivemos em uma sociedade plural, composta por indivíduos que se diferenciam entre si, justamente, pela sua individualidade, mas que se assemelham em essência, assim como explana o juiz do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello. Desse modo, podemos dizer que o racismo religioso reflete um problema estrutural de toda a sociedade brasileira, expresso, dentre outras formas, pela ignorância e falta de respeito ao ensino dessas culturas, a um povo que sofre até os dias de hoje.

A laicidade do ensino, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 define a importância do Estado laico, a qual está centrada no fato de que a liberdade religiosa é um direito humano básico, que deve ser garantido. Somente um estado laico pode manter o respeito e a igualdade entre todas e quaisquer religiões. Deste modo, o

papel da escola consiste em ensinar o respeito e a diversidade que existe em cada um, mostrando que cada pessoa é um ser único. Sabendo que, mesmo com todo o aparato da Constituição, ainda vivenciamos muito preconceito em sala de aula. Sendo a escola laica, como o Estado Brasileiro, o assunto é polêmico e, por envolver crenças e posicionamentos pessoais, a melhor forma é olhar a legislação.

Segundo a legislação, as instituições do Estado não devem reconhecer nenhum credo religioso ou ser guiadas por tais doutrinas. Embora os termos “laico” ou “laicidade” não estejam presentes em nossa Constituição, o artigo 19 é bem claro: “É proibido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas”. Ou seja, o país não tem religião oficial. Então, as escolas públicas devem seguir o mesmo caminho.

Neste caso, a disciplina religiosa Ensino Religioso nas escolas públicas deve respeitar toda a diversidade cultural e religiosa do Brasil, que não só reúne as religiões de origem cristã, mas também integra as religiões afrodescendentes e religiões do Oriente. Portanto, o Ensino Religioso democrático deve lidar com a história da religião, a que se acrescentam as manifestações essencialmente religiosas do ser humano. O papel da escola e do educador é, portanto, criar situações que possibilitem a tomada de decisões e, assim sendo, cabe à escola oferecer aos estudantes os meios necessários para a apropriação de atitudes de respeito à diversidade. Cabe, portanto, às escolas, entender que o estado laico não se opõe à religião.

Faz-se necessário buscar que, nas instituições, deve-se agir com cautela, e não defender ou ofender outro conceito religioso, ou seja, o Estado laico não se opõe à religião. Este é um estado baseado na organização de instituições públicas, que não é restringido por quaisquer crenças religiosas, por isso deve, de fato, cumprir o que consta na Lei n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08.

2. Intolerância religiosa

É importante, nesse momento, fazermos uma breve discussão acerca da intolerância religiosa, já que a mesma é o foco do nosso estudo.

O conceito de intolerância religiosa é complexo e envolve muitos fatores para compreensão e análise. Portanto, é necessário compreender o conceito, na sua amplitude, de intolerância, que surge da maneira como o homem estabelece relações sociais, políticas,

culturais e econômicas ao longo de todo o processo civilizatório. De acordo com o dicionário Houaiss (2001, p. 2730), tolerância significa “[...] qualidade ou condição de tolerante; tendência a admitir, nos outros, maneiras de pensar, de agir e de sentir diferentes ou mesmo diametralmente opostas às nossas”. Já a intolerância nos traz o sentido contrário, ou seja, “[...] intransigência com relação a opiniões, atitudes, crenças, modos de ser que reprovamos ou julgamos falsos” (op. cit., p. 1638).

Há duas décadas, a jornalista e pesquisadora Stela Guedes Caputo estudou três diferentes terreiros de candomblé na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro) e, por meio dessa pesquisa, expressou a relação entre as crianças candomblecistas e o campo escolar. Caputo (2012) comprovou a dualidade vivenciada por essas crianças praticantes do candomblé. Se, por um lado, são orgulhosos e engenhosos, por outro, se estão na escola, se escondem e desenvolvem estratégias para escapar do preconceito. As crianças iniciadas e que crescem em Terreiros desempenham funções específicas e têm orgulho da sua religião. Contudo, “na escola, essas crianças e adolescentes são invisibilizadas e silenciadas” (CAPUTO, 2012, p. 125), e essa situação ocorre, apesar da Lei n.º 10.639/03, que a proíbe, e, por isso, torna-se imprescindível uma maior reflexão sobre o aspecto religioso nas escolas.

As crianças montam diversas estratégias para impedir o reconhecimento das suas crenças religiosas. As suas aptidões incluem esconder-se de suas identidades religiosas, para não se assumir como candomblecistas, para evitar a discriminação e os disparates religiosos. É lamentável perceber que mesmo a Lei n.º 11.635/07, que instituiu o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa e prevê punição para crimes de discriminação ou preconceito religioso, não tem sido o bastante para desestruturar o preconceito existente, como afirma Barbosa (1988, p. 72): “as leis no Brasil são distantes, mal conhecidas, muito numerosas e pouco cumpridas”. Com isso, prevalece a impunidade e a não conscientização dos cidadãos. Ainda mais lamentável é notar que se faz necessária uma lei para pôr fim a algo que nem deveria existir - o preconceito. Logo, é crucial que a metodologia utilizada para atravessar a ponte entre terreiro e escola, buscando a quebra do preconceito, tenha como base a discussão sobre multiculturalismo na sala de aula.

Mesmo que a Lei n.º 11.645/2008 esteja em vigor, a qual muda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”, essas crianças ainda enfrentam

intolerância. De acordo com Silva (2005), a discriminação com as religiões de matriz africana se dá em função do desconhecimento sobre elas, por parte da população, em decorrência do etnocentrismo e eurocentrismo que atravessam nosso processo civilizatório e são bases para atitudes intolerantes e preconceituosas. Silva ainda explica que isso ocorre

Pelo fato de que sobre a experiência do transe ou possessão recaem, de forma mais acentuada, as atitudes de intolerância e preconceito, há uma maior ênfase na apresentação e análise desse que é um dos principais fundamentos da religião de matriz africana no Brasil (SILVA, 2005, p. 1).

Caputo (2008) constata que crianças e adolescentes afro-religiosos estão na escola, mas muitos deles ocultam uma guia debaixo do uniforme, escondem as marcas da iniciação sob as mangas e, por vezes, inventam doenças para justificar a cabeça raspada para o santo, bem como se submetem à primeira comunhão, para não serem perseguidas. Para ela, esta é a estratégia dolorosa que crianças e jovens afro-religiosos utilizam para “tornar-se invisível”. De acordo com a autora, isto configura silenciamento.

A escola é retratada como um ambiente de socialização, que acolhe em seu interior indivíduos de diversas origens, etnias, classes e religiões, também sendo um ambiente de encontros, formação e reafirmação de personalidades. Portanto, o processo educacional que circula no ambiente escolar deve privilegiar uma educação que valorize a pluralidade de identidades. Todavia, se a escola, ao contrário disso, se apresenta de forma hostil à carga étnico-cultural de determinado grupo ou indivíduo, ela contribui para o silenciamento e autonegação identitária.

Entendemos que as identidades elencadas por Castells (1999) sinalizam para a reflexão sobre preconceito religioso existente no âmbito escolar, pois, ao pensarmos a escola inserida em uma realidade social baseada na dominação eurocêntrica, identificamos o preconceito religioso como pertencente a uma “identidade legitimadora” que busca moldar “o outro”. No caso desta proposta, o “outro” são alunos afro-religiosos, dentro da lógica branca dominadora.

Munanga (2003, p. 5) concebe a tese de que a identidade é construída a partir do reconhecimento ou pela má percepção que os outros têm dela, ou seja, “uma pessoa ou grupo pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou sociedades que os rodeiam lhes devolverem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos”. O mesmo autor ainda concebe que a falta de reconhecimento da identidade pode imprimir uma ferida

cruel no indivíduo ou grupo, ao levar suas vítimas a “um ódio de si paralisante”. Ainda para esse autor, “o reconhecimento não é apenas uma cortesia que se faz a uma pessoa: é uma necessidade humana” (p. 6).

Desse modo, podemos dizer que o racismo religioso reflete um problema estrutural de toda a sociedade brasileira: a ignorância pelo respeito ao ensino dessas culturas desde a infância, como forma de conhecimento e retrato de um povo que sofre até os dias de hoje. Por esse motivo, Munanga (2005, p. 16) nos orienta:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos diariamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

De acordo com Campos & Silva (2012), que fizeram uma pesquisa em relação ao tema, no ambiente escolar, religião não se configura como componente da sociabilidade; o comportamento das crianças indica certa atitude blasé quanto às configurações religiosas em seu entorno. Podemos observar melhor essa tendência através das falas dessas crianças no momento da entrevista (2011, p. 289).

Entrevistador: Mas tu tem religião?

G: É que eu num fui batizado ainda não. É que meus pais deixou pra eu ser batizado quando tivesse maior pra eu escolher se eu queria ou não.

(Trecho da entrevista de G., menino, ambos os pais são católicos).

Entrevistador: Certo. Tu tem alguma religião, Thiago?

T: (silêncio) Ainda não.

Entrevistador: Ainda não? Como assim, ainda não?

T: É, não escolhi.

Entrevistador: Mas tu tem alguma que tu simpatiza?

T: Espírita.

Entrevistador: Certo. Mas por enquanto você acredita em Deus mas não teria religião. Aí como é que tu vê isso então de essa coisa... de acreditar mas não ter religião? Tu acha que não é preciso ter religião pra acreditar?

T: Não, não acho que é preciso ter religião pra acreditar. Todo mundo pode acreditar em Deus e não ter religião.

(Trecho da entrevista de T., menino, ambos os pais são espíritas).

Entrevistador: E você tem religião?

B: Tenho, mas eu ainda... é... eu sou... eu acho que eu vou ser... eu acho que eu sou católica, mas, assim... eu ainda não sei. Eu ainda vou conhecer as outras religiões para saber se eu sou católica, para ver se eu não acho melhor outra.

Entrevistador: Mas você já tem algum contato com o catolicismo?

**O papel da escola na desconstrução do preconceito e da intolerância religiosa
em relação às religiões de matriz africana**

Laura Maria Morais de Souza | Ryta de Kassya Motta de Avelar Sousa

B: Hum hum (sim), eu acho que eu vou ser católica. Eu acho que... não, para mim eu acredito na... nas coisas católicas, assim algumas coisas católicas, mas eu ainda não conheço as outras religiões.

(Trecho da entrevista de B, menina, mãe sem religião e pai católico).

Essas falas demonstram uma tendência à individualização da experiência religiosa, e também que a religião passa a ser entendida como uma escolha pessoal, uma decisão que as crianças irão tomar quando estiverem mais maduras e quando conhecerem algumas religiões, e, dentre elas, decidirem qual seguir. O que vemos entre as crianças estudadas é um movimento de individualização da experiência religiosa, que se abre para uma relação mais particular com o indivíduo. Esse modo de se relacionar com a religião nos revela um movimento de adequação à realidade contemporânea, tal como é discutido por Pierucci (2006) e Camurça (2006).

Sabemos das atitudes conflitantes dos professores, mas a Constituição brasileira garante a liberdade de religião para qualquer cidadão. Portanto, essa liberdade deve ser exercida, conforme defende Freire (2016, p. 68): “A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca”. Em sala de aula, o professor de ensino religioso depara-se com uma importante oportunidade de mudança de paradigmas, pois, é através do conhecimento que seus alunos poderão entrar em contato com culturas diferentes da sua, desmistificando as demais religiões, para que, assim, as trate com o mesmo respeito que deseja para sua própria crença. Como explica Freire (2001), o professor não pode agir como se não tivesse nada a ver com o mundo lá fora, e é nesta perspectiva que precisa orientar os seus alunos:

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele. (FREIRE, 2001, p. 75.)

Freire (2002) faz referência a duas diferentes concepções de educação. Em uma delas, o educador deposita noções na mente dos educandos da mesma forma que se faz depósito em banco, daí a denominação “educação bancária”. O educando torna-se um mero receptor de conhecimentos, numa relação vertical, ou seja, “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2002, p. 58).

Diante do exposto já discutido, uma aula de religião sem qualquer interesse doutrinário estimulará a compreensão dos alunos sobre o conhecimento e os valores de sua própria religião, e também despertará o interesse dos alunos por outras formas religiosas. Em outras palavras, acredita-se, hoje, que a educação religiosa é um campo de conhecimento e um espaço que reflete os valores humanos, e oferece oportunidades para a consciência de diferentes tradições religiosas e culturais. A escola, antes de tudo, é um lugar de produção e construção de conhecimento. Por isso, deve apresentar os elementos essenciais da ciência para descobrir a sabedoria. Portanto, o debate sobre a educação religiosa é muito extenso e polêmico, com opiniões opostas e prósperas. Nós, como educadores, somos responsáveis por propiciar condições de criar uma nova sociedade, baseada no respeito e empatia pelo próximo.

3. Metodologia

A metodologia ocupa um lugar relevante na pesquisa, pois é através dela que descrevemos o detalhamento das etapas que foram desenvolvidas. É também a forma de realizar aquilo que os objetivos anunciam a fazer. Quanto a sua natureza, a pesquisa foi de cunho qualitativo, uma vez que esta pretende fazer uma abordagem/análise crítica da literatura existente sobre o objeto de estudo em questão.

Nesse sentido, fizemos inicialmente um levantamento bibliográfico e posterior fichamento para aprofundamento da base teórica, conceitual e legal sobre a temática em questão. Nessa perspectiva, metodologia é o estudo dos métodos, ou seja, o estudo dos caminhos para se chegar a um determinado objetivo.

O conteúdo desse material contribuiu para mapear conceitos, características e perspectivas teóricas que embasaram o referencial teórico. Ainda como parte da metodologia, buscamos construir um marco legal que assegurasse aos sujeitos de religião de matriz africana vivenciar, no currículo escolar, práticas de enfrentamento ao preconceito e à intolerância religiosa.

Ainda como parte da metodologia, fizemos um questionário, através do WhatsApp (ver Apêndice), com quatro crianças em idade escolar, as quais estão inseridas no terreiro e vivenciam no seu dia a dia situações relacionadas à intolerância religiosa. Em seguida, foi realizada a análise das respostas dessas crianças.

4. Análise dos resultados

Partiremos, agora, para a análise dos dados coletados por meio de um questionário que envolveu quatro crianças aqui denominadas de Aurora, Miguel, Sessuzinha e Manuella. Todas as crianças são da religião de matriz afro-brasileira, o candomblé, de nação Ketu, do Ilê Asê Sangô Ayrá Ibonã, que está localizado em Pirapama, no Cabo de Santo Agostinho, regido pelo matriarcado da sacerdotisa, mulher e mãe, a Iyalorixá Valda de Xangô.

Ao serem questionadas sobre o porquê da escolha dessa religião, Aurora e Manuella citam que assim o fizeram por influência de suas mães; foram com a mãe, pois estas (as mães) já faziam parte. As crianças afirmam que gostam da religião porque transmite paz, muita alegria e, acima de tudo, respeito com o outro. Nesse sentido, concordamos com Caputo quando afirma que as crianças de terreiro vivenciam, na escola, um mundo diferenciado de sua verdadeira realidade, uma vez que não conseguem ser elas mesmas. Já Miguel e Sessuzinha, dizem que os pais procuraram pela saúde, e quando perguntado a eles o que é a religião, os dois falam que é tudo de bom, e que não conseguiam viver sem o Ilê. Dizem que sentem saudade, quando passam tempo sem ir. O mais incrível é vê-los com tanta responsabilidade de fala e de conhecimento sobre a religião. Aurora e Miguel não sofreram, ainda, preconceito na escola, porém, o enfrentam dentro da família. E, quando questionado sobre o que é preconceito, Miguel fala “Que lá não é feio, é legal”. Essa é a inocência de um ser que tem um desejo na vida - que é de viver o seu tempo de criança.

Já as meninas Sessuzinha e Manuella falam que já sofreram e sofrem ainda hoje o preconceito contra sua religião. Manuella fala que agora na pandemia precisou ligar a câmera e estava no terreiro, de preceito, e como estava de branco, torço e de guia, a professora mandou ela se retirar e colocar a farda. E, por mais que explicasse, ela simplesmente bloqueou a entrada de Manu no google meet, apesar da Lei n.º 9.459/97 estar em vigência. A professora em questão faz intolerância religiosa, contradizendo a seguinte afirmação: “é na escola que aprendemos o sentido de convivência religiosa por meio da educação”.

Freire (1996, p. 35), ao abordar sobre os saberes necessários à prática educativa, traz uma exigência bem pertinente às reflexões levantadas neste estudo: “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Neste tópico, ele aborda o preconceito

e a discriminação como atitudes incompatíveis com o processo democrático e com o pensar correto.

Em *Pedagogia do oprimido*, Freire denuncia a desvalorização presente no decorrer da história em relação à religiosidade afro, onde as relações antagônicas e a luta de classes encontram-se presentes.

Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não têm alma. Negros não rezam. Com sua negritude os negros sujam a branquitude das orações. A mim me dá pena e não raiva, quando vejo arrogância com que a branquitude de sociedades em que se faz isso, em que se queimam igrejas de negros, se apresentam ao mundo como pedagoga da democracia (FREIRE, 1996, p. 36).

Sessuzinha afirma que, para ela, o mais difícil é não poder gritar alto e em bom tom para que todos possam escutar: “AXÉ!”, logo após o término da oração diária que esta realiza no colégio. Questionamo-la acerca do “porquê”, que prontamente nos instruiu sobre a importância e representatividade de tal palavra. Ao saudar um igual com axé, significa que estamos desejando coisas boas para aquele indivíduo, e canalizando energias positivas para que o dia dele seja maravilhoso. Então, ela fala baixinho, só para ela. Nesse contexto, é possível observarmos que, como já mencionado anteriormente, Caputo descreveu o mesmo sentimento de Sessuzinha, ao retratar que, para ela, esta é a dolorosa estratégia que crianças e jovens afro-religiosos utilizam para tornar-se “invisível”. De acordo com a autora, isso configura silenciamento, assim como faz Sessuzinha.

Certo dia, apareceu com seu runjebe no pescoço e uma colega lhe dirigiu a palavra questionando-a sobre a procedência do colar, na intenção de confirmar se aquele objeto, de fato, era um símbolo de “macumba”. Quando a menina assentiu positivamente, inesperada e abruptamente, a colega optou por cortar relações, bloqueando-a de suas redes sociais. E assim funciona o preconceito. Não podemos culpar integralmente a sua colega, pois, pela pouca idade e pouca vivência, não tem noção e nem conhecimento do que significa a cultura afro. O problema maior é a educação que recebe dos adultos com quem convive e de quem recebe influência direta.

Conversando com eles, perguntamos quem era Deus? E os quatro nos responderam que é amor, respeito, inspiração, afeto e proteção.

Com as conversas, pudemos observar que Caputo (2012) teve o zelo de observar que muitas crianças, no terreiro, sofrem a intolerância em silêncio, mas, uma que nos chamou

tamanha atenção, foi uma das crianças entrevistadas por Stela, a qual afirmou que uma de suas professoras o chamou de “filho do diabo”, por ser candomblecista - “ela disse que minha religião era do diabo e por isso eu era filho do demônio”. Assim como o que aconteceu com Sessuzinha, quando relata o que a amiga falou para ela.

Considerações finais

Revedo as leituras de outros estudos em diferentes contextos, podemos ter certeza de que eles deram um salto qualitativo na nossa formação pessoal e profissional, pois percebemos que, embora a sociedade brasileira seja majoritariamente cristã, existem muitas crenças religiosas de matrizes diversas. Apesar da diversidade, casos de violência e intolerância religiosa também são bem documentados, principalmente, quando se trata de seguidores de religiões de matriz africana.

A discriminação e preconceito permeiam de forma independente o padrão de cor da pele, e alcançam linhagem moral ou opção religiosa, ainda comum na cultura brasileira, o que desperta o importante papel da escola na desconstrução dessa realidade e para ajudar a formar um entendimento capaz de respeitar a riqueza das diferenças.

Diante do exposto, é óbvio que a intolerância religiosa nas escolas afetará os alunos que sofreram tal violência em diversas áreas e até mesmo nos estudos, pois esses poderão ser vítimas de discriminação por parte de colegas ou mesmo de professores. Ao se sentirem diferentes, desprezados ou agressivos, eles se sentirão desmotivados e perderão o interesse e a atenção no aprendizado, o que lhes afetará diretamente, podendo causar, inclusive, o abandono do espaço escolar.

Paulo Freire promoveu a conscientização das pessoas sobre a importância do respeito, da aceitação e da importância do diálogo aberto entre professores e alunos nas relações de tolerância, educação como prática de liberdade, autonomia, consciência da desigualdade social, a fim de promover a emancipação com base na aceitação, superação de preconceitos relacionados a cor da pele, raça, credo, classe social, tendo como objetivo se livrar da opressão:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se

cinja a mero ativismo, mas esteja associado a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 2002, p. 29).

Concluimos que os professores necessitam de pesquisas mais aprofundadas sobre a Lei n.º 10639/2003, que envolve o ensino da cultura negra. Dessa forma, os professores tornam-se executores das Diretrizes Nacionais de Educação e da Lei Básica (Lei n.º 9.394/96), a fim de realizarem ações multiculturais ativas, nas quais a comunidade escolar tem a responsabilidade de buscar uma formação humanística, ética, trabalhando a condição humana, em prol da tolerância, da convivência pacífica e inclusão de todos.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.
- CAMPOS & SILVA. **Quando eu crescer, eu vou escolher a minha religião**. Rio de Janeiro: Editora Realize, 2011.
- CAMURÇA, Marcelo A. A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE-2000. *In*: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, p. 35-48, 2006.
- CAPUTO. Stela Guedes. **Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com as crianças do candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Ação Educativa, ANPED. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica. Conedu: São Paulo, 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciências Sociais e religião: a religião como ruptura. *In*: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, p. 17-34, 2006.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda**: caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Selo Negro. 2005.

UNIBANCO. Instituto. **Diversidade**: por que estimular a tolerância religiosa no ambiente escolar. São Paulo. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/33/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Apêndice I

Questionário feito com as crianças

Olá, eu me chamo Laura Maria Morais de Souza, graduanda de Pedagogia, e gostaria de fazer umas perguntas. Esse questionário faz parte do artigo de finalização do curso de Pedagogia, tendo como objeto de estudo crianças que sofrem preconceito. Sabemos que algumas não irão conseguir escrever, portanto, pedimos que os pais ajudem, escrevendo tudo o que for relatado por elas.

1. Qual a sua religião?
 2. Por que escolheu essa religião?
 3. Qual a importância dela em sua vida?
 4. Você já sofreu algum tipo de preconceito?
 5. Qual mensagem você deixaria para as pessoas que fizeram isso com você?
- Demonstre em forma e desenho o que é sua religião: **pode dar um papel para a criança.**

Apêndice II

Ilustrações dos Orixás

Quem é Deus para você? (uma palavra, uma frase ou um desenho. Pode dar um papel para a criança.)

Nome: _____

Idade: _____

Orixá (se quiser falar):

Desenho das crianças

O papel da escola na desconstrução do preconceito e da intolerância religiosa
em relação às religiões de matriz africana

Laura Maria Morais de Souza | Ryta de Kassya Motta de Avelar Sousa

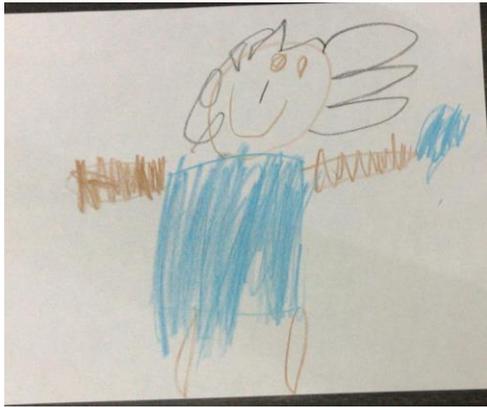


Fig. 1: Iemanjá desenhada por Aurora



Fig. 2: Nanã e Logun desenhados por Aurora



Fig. 3: Obá desenhado por Manuella, a quem ela chama de amor



Fig. 4: Iemanjá desenhada por Sessuzinha, ela relata que é a calma dela e sempre canta; “É nijé nilé lodo, Iemanjá ô, acotá pê lê dê, Iyá orô miô”

Recebido em: 30.07.2021

Aprovado em: 17.08.2021

Para referenciar este texto:

SOUZA, Laura Maria Morais de; SOUSA, Ryta de Kassya Motta de Avelar. O papel da escola na desconstrução do preconceito e da intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana. *Lumen*, Recife, v. 30, n. 2, p. 25-39, jul./dez. 2021.